

PROGEN S.A. (Anteriormente denominada
Progen Projetos Gerenciamento e
Engenharia S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

PROGEN S.A. (Anteriormente denominada Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A.)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Progen S.A. (Anteriormente denominada Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A.)
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Progen S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Progen S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia possui transações substanciais envolvendo empresas relacionadas. Neste contexto, o resultado do exercício poderia vir a ser diferente caso estas transações fossem realizadas com empresas não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



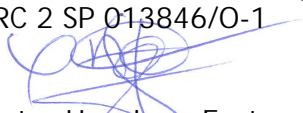
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

PROGEN S.A.

Balancos patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	10	82.478.853	15.083.017	82.479.042	52.815.988	Fornecedores		16.973.609	17.385.224	16.981.959	17.393.578
Contas a receber de clientes	11	352.012.979	288.363.204	352.020.269	288.370.495	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	25.888.552	14.528.368	25.888.552	14.528.368
Tributos a recuperar	13	18.287.027	23.742.964	18.344.882	23.808.513	Arrendamentos	17	8.731.475	5.648.827	8.731.475	5.648.827
Adiantamentos	12	29.643.989	22.513.345	31.223.577	24.092.937	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	86.097.306	203.389.090	86.406.809	203.783.620
Despesas antecipadas		1.547.245	830.852	1.547.245	830.852	Provisão de férias e encargos sociais	18	42.036.864	26.610.917	42.036.864	26.610.917
		483.970.093	350.533.382	485.615.015	389.918.784	Adiantamentos	12	7.778.232	19.475.315	7.778.232	19.475.315
						Dividendos a pagar	21	7.485.682	5.939.819	7.485.682	5.939.819
						Outras contas a pagar		337.129	2.599.177	1.358.354	3.620.437
								195.328.848	295.576.738	196.667.926	297.000.883
Não circulante						Não circulante					
Partes relacionadas	20	62.121.791	82.348.373	60.330.886	43.141.976	Fornecedores		1.844.150	1.412.241	1.844.150	1.412.241
Depósitos judiciais	19	333.271	417.690	333.307	417.690	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	146.427.729	60.295.588	146.427.729	60.295.588
Imposto diferido		4.815.892	4.815.892	4.816.115	4.815.892	Arrendamentos	17	4.711.174	11.300.449	4.711.174	11.300.449
Investimentos	14	1.238.151	2.693.155	676.267	2.352.200	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	122.689.342	11.550.963	122.747.369	11.550.963
Imobilizado	15	40.264.565	36.436.567	40.284.906	36.645.363	Partes relacionadas	20	116.557	427.540	-	275.000
Intangível	16	34.058	164.523	34.058	164.531	Provisão para perda de investimento	14	1.947.840	1.209.449	-	-
		108.807.728	126.876.202	106.475.540	87.537.652	Provisão para demandas judiciais	19	3.283.291	3.283.291	3.283.291	3.283.291
								281.020.084	89.479.521	279.013.713	88.117.532
						Patrimônio líquido					
						Capital social	21	57.680.612	57.680.612	57.680.612	57.680.612
						Reserva legal		3.965.630	2.389.697	3.965.630	2.389.697
						Reserva de lucros		53.286.908	30.734.823	53.286.908	30.734.823
						Ajustes acumulados de conversão		1.495.741	1.548.193	1.495.741	1.548.193
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		116.428.890	92.353.324	116.428.890	92.353.324
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	(19.975)	(15.302)
								116.428.890	92.353.324	116.408.915	92.338.022
Total do ativo		592.777.821	477.409.583	592.090.554	477.456.436	Total do passivo e patrimônio líquido		592.777.821	477.409.583	592.090.554	477.456.436

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROGEN S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	22	771.499.268	597.532.878	771.499.268	597.532.878
Custo dos serviços prestados	23	(670.619.004)	(507.647.912)	(670.619.004)	(507.647.912)
Lucro bruto		100.880.264	89.884.966	100.880.264	89.884.966
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	23	(40.582.670)	(40.445.904)	(40.781.375)	(40.497.063)
Equivalência patrimonial	14	(1.806.842)	(6.060.944)	(1.535.009)	(6.094.748)
Outras receitas (despesas) operacionais		6.445.481	5.044.351	6.462.724	5.261.910
		(35.944.031)	(41.462.496)	(35.853.660)	(41.329.902)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	6.362.231	5.562.652	6.363.183	5.566.395
Despesas financeiras	24	(24.571.927)	(19.527.363)	(24.628.807)	(19.659.966)
		(18.209.696)	(13.964.711)	(18.265.624)	(14.093.572)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		46.726.537	34.457.760	46.760.980	34.461.493
Imposto de renda e contribuição social corrente		(15.207.875)	(10.564.314)	(15.239.198)	(10.568.047)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	1.116.319	(3.120)	1.116.319
Lucro líquido do exercício		31.518.662	25.009.765	31.518.662	25.009.765
Acionistas controladores		31.518.662	25.009.765	31.523.335	24.714.782
Acionistas não controladores		-	-	(4.673)	294.982
Lucro líquido do exercício		31.518.662	25.009.765	31.518.662	25.009.765
Lucro por ação		54,64	43,36	54,64	43,36

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROGEN S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	31.518.662	25.009.765	31.518.662	25.009.765
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	(52.452)	154.830	(52.452)	154.830
Total do resultado abrangente do exercício	31.466.210	25.164.595	31.466.210	25.164.595
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	31.466.210	25.164.595	31.470.883	24.869.613
Não controladores	-	-	(4.673)	294.982
	31.466.210	25.164.595	31.466.210	25.164.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em Reais)

	Reserva de Lucros			Ajuste acumulado de conversão	Lucros Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio líquido	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária						Reserva para investimentos e capital de giro
Saldo em 31 de dezembro de 2019	57.680.612	1.139.209	1.689.806	11.320.598	1.393.362	-	73.223.587	(310.285)	72.913.303
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	59.792	-	59.792	-	59.792
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	25.009.765	294.982	-	294.982
Distribuição de dividendos	-	-	-	(5.939.819)	-	(5.939.819)	-	-	(5.939.819)
Reserva Legal	-	1.250.488	-	-	-	(1.250.488)	-	-	1.250.488
Reserva Estatutária	-	-	3.563.891	-	-	(3.563.891)	-	-	3.563.891
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	20.195.385	-	(14.255.566)	-	-	20.195.385
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.680.612	2.389.697	5.253.697	25.576.164	1.453.154	-	92.353.324	(15.302)	92.338.022
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	42.586	-	42.586	-	42.586
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.518.662	-	(4.673)	(4.673)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(7.485.682)	-	(7.485.682)	-	-	(7.485.682)
Reserva Legal	-	1.575.933	-	-	-	(1.575.933)	-	-	1.575.933
Reserva Estatutária	-	-	4.491.409	-	-	(4.491.409)	-	-	4.491.409
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	25.451.319	-	(17.965.637)	-	-	25.451.319
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.680.612	3.965.630	9.745.106	43.541.802	1.495.741	-	116.428.890	(19.975)	116.408.915

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	31.518.662	25.009.765	31.518.662	25.009.765
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	3.794.773	2.973.630	3.765.227	3.018.703
Amortização de arrendamentos	8.402.102	6.250.558	8.402.102	6.250.558
Resultado de equivalência	1.806.842	6.060.944	1.148.456	6.094.748
Outros resultados com investimento e não controladores	-	2.006.502	140.924	1.141.300
Provisão imposto IRPJ e CSLL	15.207.875	9.447.995	15.242.096	9.451.728
Ajustes acumulados de conversão	42.587	59.792	42.587	59.792
Juros, variações monetárias e cambiais	215.839	59.931	215.839	59.931
Juros sobre empréstimos	12.720.393	7.124.828	12.720.393	7.124.828
Juros sobre arrendamentos	1.834.241	1.434.474	1.834.241	1.434.474
Juros sobre parcelamentos	1.457.935	743.586	1.507.590	743.586
Juros provisionados	(4.231.068)	(5.150.982)	(4.231.068)	(5.150.982)
Reavaliação passivo de arrendamento- IFRS 16	320.590	-	320.590	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.166.521	(1.545)	1.290.825	(1.539)
Ganho na venda de imobilizado	(93.702)	-	(93.702)	-
Decréscimo/acrécimo nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(63.649.775)	(75.290.812)	(63.649.774)	(54.819.792)
Tributos a recuperar	5.455.937	(15.155.854)	5.463.631	(15.159.351)
Outras contas a receber	(7.130.644)	-	(7.130.640)	(18.491.638)
Despesas antecipadas	(716.393)	(166.299)	(716.393)	(166.299)
Depósitos judiciais	84.419	4.384	84.383	4.384
Decréscimo/acrécimo nos passivos operacionais				
Fornecedores	450.244	(1.866.016)	325.936	(2.035.272)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(7.393.269)	78.396.996	(7.504.366)	75.827.153
Outras contas a pagar	(2.262.048)	1.052.032	(2.262.084)	1.039.681
Adiantamento de clientes - POC	(11.697.083)	19.475.315	(11.697.083)	19.475.315
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	(12.695.023)	62.469.223	(13.261.629)	60.911.071
Das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(13.077.444)	(9.485.604)	(12.859.437)	(9.703.163)
Recebimento de dividendos das investidas	386.553	-	386.553	-
Recebimento da venda de ativo imobilizado	361.879	-	361.879	-
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de investimento	(12.329.013)	(9.485.604)	(12.111.006)	(9.703.163)
Das atividades de financiamento com terceiros				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	135.399.819	102.484.876	135.399.819	102.484.876
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.907.495)	(113.783.111)	(37.907.495)	(113.962.947)
Pagamentos de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	(12.720.393)	-	(12.720.393)	-
Pagamentos de arrendamentos	(8.724.665)	(5.036.593)	(8.724.665)	(5.036.593)
Pagamentos de juros s/ arrendamentos	(1.834.241)	-	(1.834.241)	-
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento com terceiros	74.213.025	(16.334.828)	74.213.025	(16.514.664)
Das atividades de financiamento com acionistas				
Dividendos pagos	(5.939.819)	(2.816.171)	(5.939.819)	(2.816.171)
Partes relacionadas	24.146.667	(36.121.036)	(13.232.843)	(8.095.809)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento com acionistas	18.206.847	(38.937.207)	(19.172.662)	(10.911.980)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(4.673)	294.982
Acrécimo líquido (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	67.395.836	(2.288.416)	29.663.055	24.076.247
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.083.017	17.371.434	52.815.988	28.739.741
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	82.478.853	15.083.017	82.479.042	52.815.988
Acrécimo líquido (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	67.395.836	(2.288.416)	29.663.055	24.076.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Progen S.A. ("Companhia") é uma Companhia de Capital Fechado. As principais atividades da Companhia são: prestação de serviços de engenharia consultiva e de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção e de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura, incluindo, mas não se limitando a todas as atividades técnicas das áreas de processos, mecânica, civil, arquitetura e urbanismo, elétrica e instrumentação.

A Companhia também atua no setor elétrico, prestando serviços de manutenção e construção em redes de baixa, média e alta tensão, e serviços de medição e leitura para as distribuidoras de energia elétrica.

A Progen, pode, ainda, participar de outras sociedades e empreendimentos como sócia, acionista ou membro de consórcio.

A Companhia tem sua sede social localizada em São Paulo - SP, Largo do Arouche e filiais em doze cidades do Brasil.

1.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 14 de março de 2022.

1.2. Mudança da razão social

Em 09 de abril de 2021, a Administração da Companhia em assembleia extraordinária, definiu por alterar a razão de Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A. para Progen S.A.

1.3. Efeito COVID

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus, originário de Wuhan, China (o "surto de COVID-19") e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

Desde então a Progen vem seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais e paralisou, pelo período exigido nas referidas leis, suas atividades nas localidades em que ocorreram determinações neste sentido.

As medidas adotadas têm o intuito de zelar pela sociedade como um todo, dar continuidade à prestação de seus serviços ao público, bem como proteger os seus colaboradores e de suas controladas/concessionárias contra as ameaças da doença contagiosa COVID-19, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia ("Coronavírus").

Atenta ao cenário atual e aos desdobramentos da pandemia, a Companhia vem adotando as seguintes medidas para apoiar na prevenção do Coronavírus:

Escritório

- Criação de um comitê de crise para gerir as ações resultantes desta pandemia e também para o estabelecimento de plano de retorno para o escritório;
- Disponibilização de canal de Gestão Integrada de Saúde, com atendimento médico telefônico, disponível 24 horas por dia, para colaboradores e seus dependentes e esclarecimentos de dúvidas pela equipe de Saúde Ocupacional;
- Implantação de Plano de Mitigação Covid-19;
- Criação do canal de comunicação saude@progen.com.br para fornecer orientações e esclarecer dúvidas e monitorar casos;
- Envio de orientações fornecidas por meio de informativos sobre cuidados com relação ao COVID, cuidados associados ao teletrabalho, etc;
- Criação de indicadores de casos de COVID para acompanhamento, análise e intensificação de medidas preventivas;
- Isolamento domiciliar para todos os colaboradores que retornarem de viagens internacionais, mediante comunicação à equipe de Saúde Ocupacional;
- Utilização de equipamentos de proteção para equipes que ainda estão atuando, seguindo todas as orientações de distanciamento e higienização recomendadas pela OMS;
- Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar, com supervisão da equipe de Saúde Ocupacional;
- Suspensão de viagens nacionais e internacionais; e
- Recomendação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho.

Obras

- Colaboradores de grupo de risco e grávidas trabalham em regime home office;
- Colaboradores gripados ou que manifestarem quaisquer sintomas, não podem comparecer ao trabalho e são orientados a voltar para casa;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Acesso à obra é realizado apenas após realização de checagem de temperatura (utilizando termômetro a laser - sem contato físico) e de inexistência de sintomas gripais;
- Fornecimento de kit higiênico individual contendo: sabonete / sabão, frasco de álcool gel individual (frasco menor);
- Higienização constante das ferramentas e veículos que são compartilhados;
- Nos alojamentos foi realizada redistribuição de pessoas para que seja acomodada uma única pessoa por quarto, além de aumento de visitas de fiscalização e orientação aos colaboradores sobre os riscos de contato;
- Criação de turnos para lanches, cafés e almoços de 20 a 30 minutos nos refeitórios, para viabilizar o distanciamento de, no mínimo, 1,5 m entre os colaboradores;
- Aumento de pontos de higienização e distribuição de álcool em gel para os colaboradores;
- Manutenção dos lavatórios, vasos e chuveiros funcionando, com sabão, toalhas de papel e lixeiras à disposição sendo higienizados constantemente;
- Instalação de torneiras para abastecimento de água para os copos e garrafas;
- Realização das DSSMA em áreas abertas, priorizando a divulgação de informações sobre coronavírus e estendendo a orientação para familiares e amigos;
- Nos locais de trabalho: espaçamento mínimo de 1,5 m entre os colaboradores, evitando contato direto;
- Intensificação da comunicação de prevenção e conscientização, com produção de cartazes orientativos, utilizando sempre material oficial divulgado pela Progen.

Em resposta ao impacto econômico advindo da evolução do COVID-19 no Brasil, a Companhia tomou medidas imediatas para preservar sua posição financeira, tais como: preservação do caixa, contenção de despesas e priorização dos investimentos. A Progen sempre adotou os mais elevados padrões de gestão financeira, e essa disciplina certamente foi de muita valia para enfrentar esse momento extraordinário.

Dada a evolução diária do surto de COVID-19 e as respostas globais para reduzir sua propagação, a Administração da companhia está monitorando ativamente a situação global em suas condições financeiras, liquidez, operações, fornecedores, setor e força de trabalho.

A Progen segue comprometida com a segurança de seus colaboradores e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa. A Companhia manterá os seus acionistas e o mercado em geral informados sobre os futuros desdobramentos do tema.

2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas.

Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

1. Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.: prestação de serviços de projeto, consultoria, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia de infraestrutura aeronáutica, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, estudos de viabilidade técnica, econômica e comercial em projetos de terminais aeroportuários de passageiros e de transporte, e gerenciamento da implantação dos projetos de terminais aeroportuários de passageiros e terminais de transporte;
2. Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V.: prestação de serviços técnicos e de gestão de construção e consultoria em plantas industriais, estudos de viabilidade técnica, econômica, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, e comercial;
3. Progen Locações Ltda.: locação de automóveis sem condutor, transporte rodoviário de carga em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, bem como o agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.: instalação de máquinas e equipamentos industriais, construção de estações de energia elétrica, medição de consumo de energia elétrica.

A participação societária da Progen S.A. sobre suas controladas diretas encontra-se da seguinte forma:

	Participação	
	2021	2020
	Direta	Direta
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda	99%	99%
Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V "México"	80%	80%
Progen Locações Ltda	99%	99%
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.	99%	99%

3. Base de preparação

Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis individuais da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

As notas explicativas se referem às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
2. Contingências;
3. Investimentos;
4. Benefício a empregados.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs adotados requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações, novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos /financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;

- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

6. Consolidação

6.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações intercompany, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

6.2. Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

6.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na Nota Explicativa nº 2.

As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

6.4. Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Operações no exterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, das controladas no exterior Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., cuja moeda funcional é o Peso México (MXN) a qual foi adaptada às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e estão convertidas para reais por meio dos seguintes procedimentos:

- I. Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real, na data dos respectivos balanços;
- II. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido inicial durante o período corrente são convertidas pelas taxas das transações, em suas respectivas datas;
- III. As receitas, custos e despesas são convertidos pela taxa média mensal de câmbio;
- IV. As variações cambiais resultantes dos itens (I), (II) e (III) acima, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão".

Na consolidação foram eliminados os saldos de investimentos e de ativos e passivos, decorrentes de transações efetuadas entre as sociedades.

7. Principais práticas contábeis

7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

7.2. Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

7.3. Ativos financeiros

7.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber", "Caixa e equivalentes de caixa", Empréstimos e financiamentos.

7.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber ("impairment"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada para "impairment", se necessária.

7.4.1. Contas a receber por competência - POC

O entendimento da Administração é de que a política de reconhecimento das receitas e custos das transações de serviços prestados deve ser reconhecido pelo método evolutivo de construção (POC - Percentage of completion), uma vez que a transferência dos riscos e benefícios ocorre de forma contínua, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) O custo incorrido (mão de obra alocada, gastos com máquinas e equipamentos) correspondente aos serviços medidos é apropriado integralmente ao resultado;
- b) É apurado o percentual do custo incorrido dos serviços prestados, em relação ao seu custo total orçado, sendo este percentual aplicado sobre a receita de serviços, ajustado segundo as condições dos contratos, sendo assim determinado o montante das receitas e das despesas comerciais a serem reconhecidas;
- c) Na medida em que a receita dos serviços é realizada os valores provisionados no contas a receber são baixados contra a provisão do resultado.

7.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

7.6. Investimentos em controladas

A Companhia Progen S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas Progen Planway Eng. e Consultoria Ltda., Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda. e Progen Locações Ltda. pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceção feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

7.7. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 15, que levam em consideração a taxa fiscal.

A Companhia e suas Controladas não avaliaram o ativo imobilizado das Companhias pelo valor justo, considerando que: (i) O método do custo amortizado, deduzido das perdas estimadas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) As Companhias possuem controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

7.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº16.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelas Companhias do Grupo Progen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 16.

7.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

7.10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

7.11. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.12. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, quando aplicável, o imposto também será reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

7.13. Benefícios a funcionários demitidos

Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

7.14. Apuração do resultado

Os custos e as despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência na medida em que as medições são apuradas e emitidas, com base nos serviços prestados.

Execução de projetos de engenharia

Serviços

As receitas de serviços prestados são reconhecidas na medida em que as medições são apuradas e emitidas.

Demais receitas

As demais receitas com prestação de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e efetiva realização.

Despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

7.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia será reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia quando aplicável e aprovado pelos Acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

7.16. Fluxo de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

7.17. Arrendamento

7.17.1. Direito de Uso do Ativo de arrendamento

A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável.

Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas.

A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a 5.000,00 USD não foram enquadrados no IFRS 16.

7.17.2. Provisão com arrendamento

Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente.

A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares.

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é taxa incremental anual dos contratos de empréstimos da Companhia de 15,21%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício.

Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com pela valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens estar estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação)), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

8. Gestão de risco financeiro

8.1. Fatores de risco financeiro

A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

8.1.1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

8.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e 5 anos</u>
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 17)	14.528.368	16.428.503	43.867.085
Arrendamentos (Nota nº 17)	5.648.827	9.947.944	1.352.505
Fornecedores e outras contas a pagar	19.984.401	1.412.241	-
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 17)	25.888.552	102.560.644	43.867.085
Arrendamentos (Nota nº 17)	8.731.475	3.358.669	1.352.505
Fornecedores e outras contas a pagar	17.310.738	1.844.150,00	-

8.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total dos empréstimos (Nota nº 17)	172.316.281	74.823.956
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota nº10)	(82.478.853)	(15.083.017)
Dívida líquida	89.837.427	59.740.939
Total do patrimônio líquido	116.428.890	92.353.324
Total do capital	57.680.612	57.680.612
Índice de alavancagem financeira - %	129,60%	154,59%

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB (Nota nº 10) e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

9. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e Recebíveis
Em 31 de dezembro de 2020	319.545.101
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	304.462.084
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	15.083.017
Em 31 de dezembro de 2021	455.288.114
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	372.809.260
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	82.478.853
	Outros passivos financeiros
Em 31 de dezembro de 2020	96.220.598
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	74.823.956
Fornecedores	18.797.465
Outras contas a pagar	2.599.177
Em 31 de dezembro de 2021	191.471.168
Passivos, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	172.316.281
Fornecedores	18.817.759
Outras contas a pagar	337.129

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixas e bancos	51.863.709	14.062.124	51.863.731	14.062.139
Aplicações financeiras	30.615.145	1.020.893	30.615.312	38.753.850
	82.478.853	15.083.017	82.479.042	52.815.988

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

11. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mercado Interno	352.012.979	287.050.366	352.020.269	287.057.656
Mercado Externo	-	1.312.838	-	1.312.838
	352.012.979	288.363.204	352.020.269	288.370.495
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	309.561.597	253.587.735	315.152.284	258.168.714
Vencidos até 30 dias	21.206.535	17.372.042	2.474.060	2.026.718
Vencidos de 31 a 60 dias	8.599.093	7.044.235	15.407.472	12.621.604
Vencidos de 61 a 90 dias	3.774.705	3.092.176	6.434.449	5.271.018
Vencidos acima de 90 dias	8.871.048	7.267.016	12.552.004	10.282.441
	352.012.979	288.363.204	352.020.269	288.370.495

A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, não registrou valores em perda, por não identificar perdas prováveis em sua carteira, ou eventos e condições não usuais que viessem ser necessários o uso de novas estimativas.

12. Adiantamentos

Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de férias	2.023.554	1.042.118	2.023.554	1.042.118
Adiantamento de fornecedores	12.217.664	4.628.655	12.977.043	4.628.655
Adiantamento de dividendos	-	-	463.105	463.105
Bloqueio judicial (a)	5.612.643	7.583.959	5.612.643	7.583.959
Retenção contratual de clientes (b)	6.767.221	6.350.846	6.767.221	6.350.846
Outros ativos	3.022.908	2.907.766	3.380.010	4.024.252
	29.643.989	22.513.345	31.223.577	24.092.937

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Referem-se a valores bloqueados em caixa e equivalentes de caixa da Companhia, em atendimento a determinações judiciais relacionadas a processos judiciais trabalhistas;
- b) As retenções contratuais de clientes, são valores retidos que visam a garantia e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, assim como de eventuais despesas administrativas e judiciais estabelecidas entre as partes. Esse valor será devolvido a Companhia ao término do contrato.

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de clientes (POC)	7.778.232	19.475.315	7.778.232	19.475.315
Saldo ao final do exercício	7.778.232	19.475.315	7.778.232	19.475.315

Conforme adequação ao CPC 47 - receita de contrato com cliente, a partir de 1º de janeiro de 2018, o saldo refere-se as receitas reconhecidas conforme POC (Percentage of Compliance) dos projetos que ainda não foram faturados pela Companhia até 31 de dezembro de 2021.

13. Tributos a recuperar

Apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a Recuperar	1.753.070	5.218.416	1.764.373	5.228.517
PIS a Recuperar	539.536	944.165	542.647	949.012
COFINS a Recuperar	2.548.532	4.951.892	2.562.822	4.968.991
CSLL a Recuperar	4.802.256	4.693.227	4.823.804	4.719.854
INSS a Recuperar	2.280.321	4.953.561	2.280.321	4.953.561
IRPJ Negativo	2.913.861	1.303.653	2.918.366	1.308.158
CSLL Negativo	3.362.082	1.384.685	3.363.220	1.385.823
Outros Impostos	87.368	293.365	89.330	294.596
	18.287.027	23.742.964	18.344.882	23.808.514

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

Descrição	Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	Total
Capital social da controlada	300.000	500.000	22.000.000	22.800.000
Quantidade de quotas possuídas	299.999	245.000	6.050.300	6.595.299
Patrimônio líquido	561.941	1.380.040	(6.298.685)	(4.356.705)
% participação societária	99,99%	49%	50%	-
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(55.432)	880.040	(8.739.970)	(7.915.361)
Valor contábil do investimento em 31/12/2020	612.293	860.219	1.220.642	2.693.153
Recebimento de dividendos	-	(386.553)	-	(386.553)
Resultado de equivalência patrimonial	(50.412)	202.603	(1.220.642)	(1.068.451)
Valor contábil do investimento 31/12/2021	561.882	676.269	-	1.238.151

As investidas a seguir apresentaram no exercício de 2021, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento".

O procedimento com as empresas coligadas, é diminuir o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo.

Seguindo a determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Promotora Geradora de Ingenierias S.A.P.I de C.V. (Mexico)	Progen Locações Ltda	Progen Serviços de Manutenção	Total
Capital social da controlada	42	50.000	1.000	51.042
Quantidade de quotas possuídas	34	49.500	990	50.524
Patrimônio líquido	(1.856)	(3.815)	(1.962.199)	(1.967.871)
% participação societária	80%	99%	99%	-
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(75)	(2.814)	(213.513)	(216.401)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2020	(555)	(992)	(1.207.902)	(1.209.448)
Resultado de equivalência patrimonial	(930)	(2.786)	(734.676)	(738.391)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2021	(1.485)	(3.777)	(1.942.577)	(1.947.840)

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. imobilizado

a. Composição do saldo - Controladora

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos.	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	971.235	2.256.516	6.673.074	4.190.312	7.699.274	6.821.579	96.321	487.319	12.723.554	9.011.213	50.930.397
Adições	45.688	-	4.740.373	35.700	218.000	-	-	-	4.591.374	74.014	9.705.149
Baixas	-	-	-	-	(218.000)	(1.545)	-	-	-	-	(219.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.016.923	2.256.516	11.413.448	4.226.012	7.699.274	6.820.034	96.321	487.319	17.314.928	9.085.226	60.416.000
Adições	1.097.280	1.740	1.809.367	37.053	270.033	10.933.919	-	-	7.602.878	-	21.752.271
Baixas	(10.000)	-	-	-	(545.759)	(511.929)	-	-	-	(4.785.916)	(5.853.604)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.104.203	2.258.256	13.222.814	4.263.066	7.423.548	17.242.024	96.321	487.319	24.917.806	4.299.310	76.314.667

(a.1.) Composição do Saldo - Controladora (depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. Hardware	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.571	1.177.011	878.436	3.096.643	1.595.044	6.774.775	74.448	353.432	1.050.956	15.023.318
Depreciação	40.055	186.020	731.877	258.881	1.376.408	14.853	97.464	5.110.966	1.139.592	8.956.116
Saldos em 31 de dezembro de 2020	62.626	1.363.031	1.610.313	3.355.524	2.971.452	6.789.627	171.912	5.464.398	2.190.548	23.979.433
Depreciação	80.511	170.015	1.283.341	190.188	1.077.390	769.659	97.464	7.284.459	1.117.643	12.070.668
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.136	1.533.046	2.893.654	3.545.713	4.048.842	7.559.286	269.376	12.748.857	3.308.191	36.050.102

(a.2) Valor Líquido (bens - depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	948.664	1.079.505	5.794.638	1.093.669	6.104.228	46.804	96.321	412.870	12.370.122	7.960.257	35.907.079
Saldos em 31 de dezembro de 2020	954.297	893.485	9.803.135	870.488	4.727.821	30.407	96.321	315.407	11.850.530	6.894.678	36.436.567
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.961.067	725.210	10.329.160	717.353	3.374.706	9.682.738	96.321	217.943	12.168.949	991.119	40.264.566

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Composição do saldo - Consolidado

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos.	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2019	971.235	2.256.516	6.706.358	4.257.493	7.699.274	6.980.637	96.321	487.319	12.723.554
Adições	45.688	-	4.740.373	35.700	436.000	-	-	-	4.591.374
Baixas	-	-	(441)	-	(218.000)	(1.545)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.016.923	2.256.516	11.446.290	4.293.193	7.917.274	6.979.092	96.321	487.319	17.314.928
Adições	1.097.280	1.740,00	1.809.367	37.053	270.033	10.933.919	-	-	7.602.878
Baixas	(10.000)	-	-	-	(763.759)	(511.929)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.104.203	2.258.256	13.255.657	4.330.247	7.423.548	17.401.082	96.321	487.319	24.917.806

(b.1) Composição do Saldo - Consolidado (depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. Hardware	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.571	1.177.011	893.879	3.144.298	1.595.044	6.934.890	74.448	353.432	1.050.956	15.246.530
Depreciação	40.055	186.020	736.274	263.222	1.412.741	14.853	97.464	5.110.966	1.139.592	8.956.116
Saldos em 31 de dezembro de 2020	62.626	1.363.031	1.630.153	3.407.520	3.007.786	6.949.744	171.912	5.464.398	2.190.548	24.247.718
Depreciação	80.511	170.015	1.285.823	194.494	1.041.057	769.659	97.464	7.284.459	1.117.643	12.041.123
Saldos em 31 de dezembro de 2021	143.136	1.533.046	2.915.976	3.602.014	4.048.842	7.719.402	269.376	12.748.857	3.308.191	36.288.842

(b.2) Valor Líquido (bens - depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipos	Móveis e Utensílios	Veículos	Inform. - Hardware	Adto. Imobilizado	Outras imobilizações	Direito de Uso Veículos	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	948.664	1.079.505	5.812.478	1.113.195	6.104.228	45.747	96.321	412.870	12.370.122	7.960.256	35.943.388
Saldos em 31 de dezembro de 2020	954.297	893.485	9.816.137	885.674	4.909.488	29.348	96.321	315.407	11.850.530	6.894.678	36.645.363
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.961.067	725.210	10.339.681	728.233	3.374.705	9.681.680	96.321	217.943	12.168.949	991.119	40.284.906

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

	Controladora	Consolidado
	Software	Software
Custo		
Em 31 de dezembro de 2019	21.553.136	21.580.838
Adições	-	-
Baixas	-	(6)
Em 31 de Dezembro de 2020	21.553.136	21.580.832
Adições	870	870
Baixas	(5.130)	(5.137)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>21.548.876</u>	<u>21.576.565</u>
Amortização acumulada		
Em 31 de dezembro de 2019	21.122.086	21.149.774
Adições	266.527	266.527
Baixas	-	-
Em 31 de Dezembro de 2020	21.388.613	21.416.301
Adições	126.206	126.206
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	<u>21.514.819</u>	<u>21.542.507</u>
Valor contábil líquido		
Em 31 de Dezembro de 2019	431.050	431.064
Em 31 de dezembro de 2020	164.523	164.531
Em 31 de dezembro de 2021	34.057	34.059

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas fiscais.

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

A composição de empréstimos, financiamentos e arrendamentos é a seguinte:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Controladora

Tipo de Operação	Taxa	Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020
Finep	TJLP+3%	-	4.624.193
BNDES	IPCA+1,98% a.a. +spread 5,26% a.a.	51.349.707	50.439.798
Banco do Brasil	CDI + 3,900% a.a. até CDI+ 5,850% a.a.	-	10.205.230
Banco Luso	CDI + 7,44% a.a.	-	10.042.682
Debêntures - 1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,900% a.a.	124.408.299	-
Custos amortizar sobre debêntures		(2.053.100)	-
Arrendamento - Direito de uso		13.442.649	16.949.276
Juros apropriar sobre empréstimo		(1.388.625)	(487.946)
		185.758.930	91.773.232
Circulante		34.620.027	20.177.195
Não Circulante		151.138.903	71.596.037
		185.758.930	91.773.232

b) Consolidado

Tipo de Operação	Taxa	Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Finep	TJLP+3%	-	4.624.193
BNDES	IPCA+1,98% a.a. +spread 5,26% a.a.	51.349.707	50.439.798
Banco do Brasil	CDI + 3,900% a.a. até CDI+ 5,850% a.a.	-	10.205.230
Banco Luso	CDI + 7,44% a.a.	-	10.042.682
Debêntures - 1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,900% a.a.	124.408.299	-
Custos amortizar sobre debêntures		(2.053.100)	-
Arrendamento - Direito de uso		13.442.649	16.949.276
Juros apropriar sobre empréstimo		(1.388.625)	(487.946)
		185.758.930	91.773.232
Circulante		34.620.027	20.177.195
Não Circulante		151.138.903	71.596.037
		185.758.930	91.773.232

c) O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos com terceiros é o seguinte

	2022	2023	2024	2025	2026	Total
BNDES	9.722.222	16.666.667	16.666.667	6.944.444	-	50.000.000
Debêntures a pagar - Oliveira Trust	12.692.847	29.835.704	29.835.704	29.835.704	20.116.321	122.316.281
Total dos empréstimos e debêntures	22.417.091	46.504.394	46.504.395	36.782.174	20.118.347	172.316.281
Arrendamentos	8.731.475	4.711.174	-	-	-	13.442.649
Total dos arrendamentos	8.731.475	4.711.174	-	-	-	13.442.649
Total dos empréstimos, debêntures e arrendamentos	31.148.566	51.215.568	46.504.395	36.782.174	20.118.347	185.758.930

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Movimentação da controladora e das controladas estão demonstradas conforme a seguir

	Controladora	
	2021	2020
Saldos no início do exercício	91.773.232	99.548.759
Liberações empréstimos e debêntures	135.000.000	91.314.102
Conta garantida	-	5.411.786
Saldo credor bancos	399.819	5.758.987
Juros e custas sobre empréstimos e debêntures	12.720.393	7.124.828
(-) Amortizações empréstimos e debêntures	(50.228.069)	(97.515.785)
(-) Amortização conta garantida	-	(8.011.786)
(-) Saldo credor bancos	(399.819)	(6.339.991)
Duplicatas descontadas	-	(1.915.549)
Passivo de arrendamento - adoção IFRS 16	5.218.039	-
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	1.834.241	1.434.474
Amortização arrendamentos	(10.558.907)	(5.036.593)
Saldos no final do exercício	185.758.930	91.773.232

	Consolidado	
	2021	2020
Saldos no início do exercício	91.773.232	99.548.759
Liberações empréstimos	135.000.000	91.314.102
Conta garantida	-	5.411.786
Saldo credor bancos	399.819	5.758.987
Juros e custas sobre empréstimos e debêntures	12.720.393	7.124.828
(-) Amortizações empréstimos	(50.228.069)	(97.515.785)
(-) Amortização conta garantida	-	(8.011.786)
(-) Saldo credor bancos	(399.819)	(6.339.991)
Duplicatas descontadas	-	(1.915.549)
Passivo de arrendamento - adoção IFRS 16	5.218.039	-
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	1.834.241	1.434.474
Amortização arrendamentos	(10.558.907)	(5.036.593)
Saldos no final do exercício	185.758.930	91.773.232

- e) Garantias

A controladora mantém em garantia referente a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, conforme segue:

- Transitar, até dezembro de 2024, o saldo mínimo de recebíveis equivalentes a 5% (cinco por cento) do saldo devedor e a partir de janeiro de 2025 até a integral quitação das Obrigações Garantidas, o saldo mínimo de recebíveis equivalente a 7% (sete por cento);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Direitos creditórios de recebíveis referentes aos contratos cedidos fiduciariamente onde deverão transitar em uma conta definida do Banco Bradesco em nome da companhia, contratos listados no Anexo VI do contrato de Cessão Fiduciária da operação;
- Manter um volume mínimo de saldo de contratos listados no Anexo VI do contrato de Cessão Fiduciária que equivalham a 100% o saldo nominal acrescido da remuneração na data da verificação.

f) Arrendamentos - Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2021 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de arrendamento registrado no Ativo Imobilizado está demonstrado a seguir:

Descrição	Custo	Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
			Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	4.299.310	(3.308.191)	991.119	6.894.678
Veículos	24.917.806	(12.748.857)	12.168.949	11.850.530
Arrendamento - Direito de uso	29.217.117	(16.057.048)	13.160.068	18.745.208

Os ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentados na Nota Explicativa n° 15 apresentam a seguinte movimentação:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.011.213	12.723.554	21.734.767
Adições	74.014	4.591.374	4.665.388
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.085.226	17.314.928	26.400.155
Adições	-	7.602.878	7.602.878
Baixas	(4.785.916)	-	(4.785.916)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.299.310	24.917.806	29.217.117

Amortizações

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.050.956)	(353.432)	(1.404.388)
Adições	(1.139.592)	(5.110.966)	(6.250.558)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(2.190.548)	(5.464.398)	(7.654.947)
Adições	(1.117.643)	(7.284.459)	(8.402.102)
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(3.308.191)	(12.748.857)	(16.057.048)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de locação de veículos e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador, não ultrapassam o prazo de cinco anos.

Destacamos que os contratos de Arrendamentos não tiveram nenhuma alteração nos termos e condições em função do Coronavírus (COVID-19).

Em 31 de dezembro de 2021 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado está demonstrado a acima.

O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável, conforme adoção do IFRS 16.

Os contratos foram implantados em 2019, com vencimentos das vigências em 2023. Os arrendamentos são reajustados pela taxa incremental dos empréstimos vigentes no ano corrente.

18. Obrigações trabalhistas e tributárias

A composição apresenta os seguintes valores:

18.1. Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados e salários	22.752.363	15.788.933	22.752.363	15.788.933
Provisão de férias	42.036.864	26.610.917	42.036.864	26.610.917
INSS retido na fonte	4.981.862	61.136.515	5.036.428	61.191.081
CPRB a recolher	5.808.645	57.366.696	5.808.645	57.366.696
IRRF sobre salário	9.285.773	29.469.679	9.285.773	29.501.852
FGTS a recolher	3.240.212	2.466.327	3.240.212	2.466.327
Vale Refeição a Pagar	202.793	-	202.793	-
Outras obrigações	640.499	272.898	640.499	272.898
Gratificações a pagar	-	1.754.962	-	1.754.962
	<u>88.949.012</u>	<u>194.866.926</u>	<u>89.003.578</u>	<u>194.953.666</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2. Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ISS a recolher	1.358.960	1.041.990	1.360.269	1.043.299
PIS a recolher	355.570	4.030.549	365.102	4.083.415
PIS/COFINS/CSLL a recolher	200.873	2.939.014	202.531	2.940.672
IRRF de terceiros a recolher	41.378	49.706	46.165	54.493
COFINS a recolher	1.644.673	18.314.817	1.691.642	18.561.219
IRRF sobre aluguéis a recolher	276.732	282.731	276.732	282.731
IRPJ a recolher	1.375.295	1.375.295	1.377.245	1.375.295
CSLL a recolher	-	-	1.333	163
ISS parcelamento	5.070.340	8.677.917	5.070.340	8.677.917
Parcelamento federal	57.448.051	520.377	57.808.954	520.377
Parcelamento previdenciário	122.339.690	13.745.960	122.339.690	13.745.960
Juros parcelamento a transcorrer	(28.281.405)	(4.417.911)	(28.397.533)	(4.417.911)
Outros impostos	44.342	123.598	44.994	124.205
	<u>161.874.500</u>	<u>46.684.044</u>	<u>162.187.464</u>	<u>46.991.835</u>
Total Trabalhistas + Tributárias	<u>250.823.512</u>	<u>241.550.970</u>	<u>251.191.042</u>	<u>241.945.500</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	128.134.169	230.000.007	128.443.673	230.394.537
Não circulante	122.689.342	11.550.963	122.747.369	11.550.963
	<u>250.823.512</u>	<u>241.550.970</u>	<u>251.191.042</u>	<u>241.945.500</u>

Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes da tributação	46.726.537	34.457.760	46.760.980	34.461.493
Compensação	(3.220.073)	(13.586.374)	(3.220.073)	(13.586.374)
Adições	3.062.012	13.163.306	3.062.012	13.163.306
Exclusões	(2.089.432)	(3.449.471)	(2.089.432)	(3.449.471)
Lucro tributável	<u>44.479.043</u>	<u>30.585.220</u>	<u>44.513.486</u>	<u>30.588.953</u>
Base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	44.479.043	30.585.220	44.513.486	30.588.953
Adicional de 10% (excluindo a parcela não tributada de R\$ 240)	4.455.963	3.146.154	4.455.963	3.146.154
Imposto de renda corrente	11.175.908	7.711.176	11.202.541	7.713.509
Contribuição social corrente	4.031.967	2.853.139	4.036.657	2.854.538
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>15.207.875</u>	<u>10.564.314</u>	<u>15.239.198</u>	<u>10.568.047</u>

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

19. Provisão para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e controladas, apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Judiciais e	333.271	417.690	333.271	417.690
Contingências Judiciais	(3.283.291)	(3.283.291)	(3.283.291)	(3.283.291)
	(2.950.020)	(2.865.601)	(2.950.020)	(2.865.601)

Movimentação da provisão para contingências:

	Provisão para contingência	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.283.291)	417.690
Adições	-	-
Reversões	-	(84.419)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.283.291)	333.271

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Contribuição previdenciária

A Companhia respaldada na Certidão de Objeto e Pé nº 4249146-UVIP, referente ao Processo nº 0002035-58.2011.4.03.6100 da 10ª Vara Federal de São Paulo, em que obteve decisão judicial favorável a seu pleito de afastamento da incidência previdenciária sobre o Aviso Prévio Indenizado e terço constitucional de férias e seus reflexos, onde, até a data da certidão (13 de fevereiro de 2015), os autos encontram-se sobrestados aguardando o julgamento dos paradigmas RE STF nº 593.068/SC e RESP STJ nº 1.230.957/RS e, após o trânsito em julgado dos paradigmas citados, será enviado à conclusão da Desembargadora Federal Vice Presidente, para juízo de admissibilidade.

Para maior evidência da não constituição de provisão sobre tais verbas, a Companhia obteve um "Legal Opinion", em que conclui como remotas a decisão de perda do pleito e não havendo a necessidade de provisionar eventual contingência, nos termos que dispões o item 14, do CPC 25.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2021 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 127.566.092 decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

20. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber		
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda (a)	1.787.090	39.205.396
Promotora Geradora (Mexico)	598.684	598.684
Tux Adm de Bens Imóveis Part Ltda.	550.000	550.000
Filial Argentina	221.042	-
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A (b)	57.707.915	41.992.506
Progen Locações Ltda	1.256.275	1.002
Consórcio T.Rio	785	785
Total partes relacionadas	62.121.791	82.348.373

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas a Pagar		
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	116.557	152.540
Contas a pagar - Sócios	-	275.000
Total partes relacionadas	116.557	427.540
Não Circulante	116.557	427.540

- a) Os saldos mantidos entre a Progen S/A e a Progen Energy até 31 de dezembro de 2021 representam operações de mútuo em conta corrente, sem a incidência de encargos financeiros e não possuem vencimento definido;
- b) No decorrer do ano de 2021, a Companhia celebrou junto a Concessionária Allegra Pacaembu operações de mútuos no montante de R\$54.322.075 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil e setenta e cinco reais), acrescido de juros remuneratórios de CDI + 7,44% ao mês, com vencimento em 31 de dezembro do ano de 2022. E efetuou transações via conta corrente referente a reembolso de despesas pagas pela Progen no início da operação da Concessionária Allegra Pacaembu no montante de R\$ 3.385.840 (três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e quarenta reais).

Adicionalmente o adiantamento para futuro aumento de capital, AFAC, celebrado em 12 de setembro de 2019 não foi integralizado e com isso passou a ser uma operação de mútuo, nas condições acima estabelecidas.

Remuneração do pessoal-chave

A remuneração global dos administradores da controladora para o exercício findo em dezembro de 2021 foi fixada no limite de R\$ 3.118.934,40 (três milhões cento e dezoito mil e novecentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), a título de remuneração fixa e variável, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de agosto de 2021.

A Companhia é regida pelo Conselho de Administração, formado inicialmente por três membros. A Diretoria é composta por três Diretores.

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 57.680.611,68 (R\$ 57.680.611,68 em 31 de dezembro de 2020), e estão representados por 32.930.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O BNDESPAR participa no Capital da Companhia, com o montante de R\$ 24.750.002,68, correspondentes a participação de 10% do bloco acionário da Companhia, representadas por 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com direito a 01 assento no Conselho de Administração.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Base de cálculo para os dividendos a pagar	
Lucro líquido do exercício	31.518.662
Constituição da reserva legal	1.575.933
Lucro Líquido do exercício após destinação da Reserva Legal	29.942.729
Dividendos mínimos obrigatórios- 25%	<u><u>7.485.682</u></u>

(d) Destinação do lucro líquido

A Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária a absorção do prejuízo líquido do exercício, com o saldo existente na conta de reserva de lucros da Companhia.

Em decorrência do acima descrito, o lucro líquido da Companhia tem sido destinado da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reserva Legal (5%)	1.575.933	1.250.488
Reserva Estatutária (15%)	4.491.409	3.563.891
Distribuição de Dividendos (25%)	7.485.682	5.939.819
Reserva para investimentos	17.965.637	14.255.566
	<u><u>31.518.662</u></u>	<u><u>25.009.765</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida

A composição das receitas brutas para a receita líquida dos serviços vendidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta de vendas	902.924.976	698.663.027	902.924.976	698.663.027
Impostos Incidentes	(131.425.708)	(101.130.149)	(131.425.708)	(101.130.149)
Receita líquida de vendas	<u>771.499.268</u>	<u>597.532.878</u>	<u>771.499.268</u>	<u>597.532.878</u>

Os impostos incidentes sobre faturamento, são calculados conforme leis tributárias estabelecidas. Dentre os impostos estão o PIS e COFINS cumulativos e não cumulativos, o ISS imposto sobre serviços o qual a alíquota é estabelecida conforme lei complementar de cada município da prestação de serviços e a CPRB contribuição patronal sobre receita bruta na alíquota de 4,5%.

23. Custos e despesas

23.1. Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo dos serviços prestados	(670.619.004)	(507.647.912)	(670.619.004)	(507.647.912)
Despesas gerais e administrativas	(40.582.670)	(40.445.904)	(40.781.375)	(40.497.063)
	<u>(711.201.674)</u>	<u>(548.093.816)</u>	<u>(711.400.379)</u>	<u>(548.144.975)</u>

23.2. Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Com pessoal	(556.514.247)	(389.577.525)	(556.514.247)	(389.577.535)
Custo e despesas - Serv. Terceiros	(65.986.456)	(48.027.057)	(65.986.456)	(48.027.057)
Viagens, hospedagens e locomoção	(8.671.636)	(7.376.798)	(8.671.636)	(7.376.798)
Serviços de Informática	(6.954.682)	(5.028.726)	(6.954.682)	(5.028.726)
Aluguel	(1.930.320)	(2.498.940)	(1.930.320)	(2.498.940)
Locação de máquinas, equipamentos e veículos	(17.003.377)	(49.736.265)	(17.003.377)	(49.736.265)
Depreciação e amortização	(12.196.874)	(9.224.188)	(12.246.069)	(9.269.260)
Serviços prestados	(11.229.266)	(2.873.835)	(11.229.506)	(2.880.023)
Manutenção de veículos e frotas	(6.466.060)	(11.420.481)	(6.466.060)	(11.420.481)
Manutenções e reparos	(17.111.314)	(14.942.175)	(17.111.321)	(14.942.175)
Energia elétrica, água e gás	(521.266)	(532.954)	(521.266)	(532.954)
Impostos e taxas - diversos	(3.048.821)	(825.013)	(3.052.236)	(824.500)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.423.772)	(5.233.185)	(3.569.620)	(5.233.586)
Perdas no recebimento	(143.583)	(796.674)	(143.583)	(796.674)
	<u>(711.201.674)</u>	<u>(548.093.816)</u>	<u>(711.400.379)</u>	<u>(548.144.975)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita Financeira				
Aplicação Financeira	1.557.942	224.288	1.558.894	228.030
Descontos Obtidos	9.510	73.031	9.510	73.031
Juros Ativos	4.787.054	5.150.982	4.787.054	5.150.982
Varição Cambial ativa	7.725	114.351	7.725	114.351
	6.362.231	5.562.652	6.363.183	5.566.394
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesa Financeira				
Despesa Bancária	(371.164)	(1.983.541)	(375.286)	(1.985.712)
Juros Passivos	(14.552.785)	(13.284.484)	(14.602.439)	(13.414.866)
Imposto sobre Operações financeiras - IOF	(288.573)	(299.576)	(289.094)	(299.576)
Varição Cambial Passiva	(223.565)	(174.282)	(223.565)	(174.282)
Deságio e perdas no recebimento de clientes	(4.367.317)	(1.849.556)	(4.367.317)	(1.849.556)
Mora/ Multa	(13.594)	(1.624.238)	(16.176)	(1.624.289)
Juros s/ debêntures	(4.594.944)	-	(4.594.944)	-
Outras	(159.986)	(311.685)	(159.986)	(311.685)
	(24.571.927)	(19.527.361)	(24.628.807)	(19.659.966)
Resultado financeiro líquido	(18.209.696)	(13.964.711)	(18.265.624)	(14.093.572)

25. Valor justo de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e, de acordo com avaliação da administração da Companhia, não existem instrumentos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e mantidos para venda:

	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	82.478.853	-	-
Contas a receber de clientes	-	352.012.979	-
Adiantamento	-	29.643.989	-
Partes relacionadas	-	62.121.791	-
Total	82.478.853	443.778.759	-
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	172.316.281	-
Arrendamento IFRS 16	-	13.442.649	-
Fornecedores	-	-	18.817.759
Outras contas a pagar	-	-	337.129
Partes relacionadas	-	116.557	116.557
Total	-	185.875.487	19.271.445

26. Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

26.1. Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (Derivativos).

26.2. Análise de sensibilidade

Conforme instrução CVM nº 475/08 e CPC 40 (R1) (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais fatores de riscos que afetam a precificação dos seus instrumentos financeiros, basicamente representados por variações de índices de inflação (IPCA) e variação de taxa de juros (CDI e TR).

Os cenários para esses fatores são elaborados a partir de fontes de mercado e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia.

Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade:

	Nota	31/12/2021	CDI	TJLP	IPCA	Sem indexador
Caixa e bancos	10	51.863.709	-	-	-	51.863.709
Aplicações Financeiras	10	30.615.145	30.615.145	-	-	-
Contas a receber	11	352.012.979	-	-	-	352.012.979
Partes relacionadas	20	-	-	-	-	-
Total ativos com riscos financeiros		<u>434.491.832</u>	<u>30.615.145</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>403.876.688</u>
Empréstimos e financiamentos	17	(172.316.281)	(122.355.199)	-	(49.961.082)	-
Arrendamentos a pagar	17	(13.442.649)	(13.442.649)	-	-	-
Fornecedores		(18.817.759)	-	-	-	(18.817.759)
Partes relacionadas	19	(275.000)	-	-	-	(275.000)
Total ativos com riscos financeiros		<u>(204.851.688)</u>	<u>(135.797.848)</u>	<u>-</u>	<u>(49.961.082)</u>	<u>(19.092.759)</u>
Total ativos e passivos com riscos financeiros		<u>229.640.144</u>	<u>(105.182.703)</u>	<u>-</u>	<u>(49.961.082)</u>	<u>384.783.929</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
	CDI	1,38	2,06	2,75	3,4375
TJLP	2,75	4,13	5,5	6,875	8,25
IPCA	1,66	2,49	3,32	4,15	4,98

Ativos e passivos líquidos	31/12/2021	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
	CDI	(105.182.703)	(1.446.262)	(2.169.393)	(2.892.524)	(3.615.655)
TJLP	-	-	-	-	-	-
IPCA	(49.961.082)	(829.354)	(1.244.031)	(1.658.708)	(2.073.385)	(2.488.062)

27. Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para os ativos imobilizados, cobertura está considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto. Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Resumo de seguro por modalidade	Cobertura
Risco de construção, fornecimento ou prestação de serviços	141.714.101
Responsabilidade civil e danos ambientais	16.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	157.714.101

28. Informações complementares

Composição de Ebtida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	46.726.537	34.457.760	46.760.980	34.461.493
Resultado financeiro líquido	(18.209.696)	(13.964.711)	(18.265.624)	(14.093.572)
Depreciação e amortização	(12.196.874)	(9.224.188)	(12.167.329)	(9.269.261)
EBITDA	77.133.107	57.646.658	77.193.933	57.824.326